



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65
2012-2013

150 ANOS
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

PANÓIAS – DE FRAGAS A SANTUÁRIO. O QUE MOSTRAR? E A QUEM?

Isabel Freitas¹, Herculano Mesquita², Fernando Pádua³, Orlando Sousa⁴

¹ Universidade Portucalense / ifc@upt.pt

² Direcção Regional de Cultura do Norte / herculanomesquita@live.com.pt

³ Direcção Regional de Cultura do Norte / fernandopadua58@gmail.com

⁴ Responsável pela gestão e coordenação do Santuário de Panóias até Abril de 2012 / Direcção Regional de Cultura do Norte / orlandocfsousa@gmail.com

Resumo

O Santuário de Panóias é conhecido desde o Séc. XVIII. Monumento singular e único, foi objecto de intervenções e estudos nos últimos trinta anos. É essa história que abordamos neste texto.

Palavras-chave: Interpretação, Apresentação, Património.

Abstract

Panóias' Sanctuary is known since XVIII century. It's a unique and singular monument. During the last thirty years several works and studies were made. This is the story that we tell in our text.

Keywords: Interpretation, Presentation, Heritage.

O denominado Santuário de Panóias, fica situado a cerca de 6 km de Vila Real. Conhecido desde o séc. XVIII, é constituído por um recinto onde pontificam três grandes fragas nas quais foram talhadas cavidades variadas (em forma e tamanho), degraus, e ainda inscrições. Estas, em número de quatro, três em latim e uma em grego, constituem partes de um complexo sagrado, monumental, que tinha também construções, nomeadamente templos.

Ao longo do tempo, cerca de trezentos anos, foram diversas as interpretações e estudos sobre Panóias, das quais destacamos, entre outros, os trabalhos de A. Gonçalves de Aguiar, J. Contador de Argote, J. Leite de Vasconcelos, E. Hubner, F. Russell Cortez, A. Tranoy, A. R. Colmenero, T. Hauschild, G. Alföldy. De todos eles uma tónica comum: trata-se de facto de um monumento singular.

Classificado como Monumento Nacional desde 1910, tem uma Zona de Protecção Especial desde 1951 ¹, é propriedade do Estado e está afecto à Direcção Regional de Cultura do Norte ².

Após um longo abandono, em 1979, por solicitação da Câmara Municipal de Vila Real, a Dr.^a Adília Alarcão, à data Directora do Museu Monográfico de Conímbriga, após visita ao local, elaborou um relatório/parecer sobre o estado de conservação do monumento, apontando um programa de intervenção. No ano seguinte, na sequência de uma visita ao local efectuada pelo então 1.^o Ministro Francisco Sá Carneiro, coadjuvado pelo Secretário de Estado da Cultura Vasco Pulido Valente, o monumento foi adquirido pelo Estado. Data também de inícios dos anos oitenta a sua afectação ao então órgão da administração do património, o I.P.P.C., tendo sido cometido ao Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte a execução dos trabalhos necessários

para a salvaguarda daquele monumento ³. Várias campanhas de limpeza e de levantamentos (fotográficos e desenhados) foram levadas a cabo, no âmbito de actuação do então SRAZN, culminando na edição de um desdobrável.

Cabe aqui referir que havia nessa altura uma tripla tutela sobre aquele monumento, a saber: ao SRAZN / IPPC competia a gestão técnica e científica; ao Museu de Lamego competia a gestão administrativa, já que o guarda existente, integrado após concurso, pertencia ao quadro daquele Museu, e por último, era a então Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo do Ministério das Obras Públicas, que elaborava e executava os projectos e as obras nos monumentos nacionais.

Esta tripla tutela, de diferentes organismos, mostrou-se completamente ineficaz. No caso da guardaria, verificou-se que as orientações hierárquicas colidiam com as orientações técnicas, tendo a então guarda solicitado a sua transferência. No que diz respeito à vedação do monumento, foi elaborado um projecto, cuja execução foi custeada pelo IPPC e pela Câmara Municipal de Vila Real. No entanto, para a elaboração do referido projecto não foram levados em conta alguns requisitos técnicos e científicos que este sítio obrigava. Assim, a vedação implantada, para além de não impedir o acesso ao monumento (de animais e viaturas), sofreu rapidamente uma grande degradação ⁴.

Nos anos seguintes e até 1993, para além de limpezas esporádicas e da reedição do desdobrável (com edição também em francês e inglês), foi iniciado o processo de aquisição das casas existentes na área

³ Datam de 1980 a criação do Instituto Português do Património Cultural, e dos Serviços Regionais de Arqueologia, entre outra legislação estruturante da área da administração pública do património cultural, da responsabilidade do então 1.^o Ministro, Francisco Sá Carneiro e do seu Secretário de Estado, Vasco Pulido Valente.

⁴ As condições climáticas da região, com grandes amplitudes térmicas, neve e gelo, exigem material específico e preparado. Por outro lado o "modus operandi" da referida Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais era de um certo autismo, o que não permitiu, neste e noutros casos, uma elaboração de um programa, bem como de discussão sobre o projecto.

¹ Decreto de 16.06.1910 e Diário do Governo, 2.^a série, nº. 189 de 16.08.1951, respectivamente

² Portaria conjunta dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Cultura nº. 1130/2007 de 20.12.2007 e Portaria conjunta do Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Cultura nº. 829/2009 de 24.08.2009

central do monumento. Apenas com a aquisição de uma área mínima envolvente às fragas, que corresponde à área classificada, seria possível conceber e implementar um projecto global de estudo, conservação e valorização daquele monumento, bem como uma gestão adequada ⁵. Em 1994, após a posse pelo Estado das casas entretanto adquiridas ⁶, e do realojamento de uma pessoa que ainda vivia numa das casas ⁷ em condições de grande pobreza e indignidade, foi executada uma vedação, actualmente existente, e procedeu-se ao desvio de dois caminhos de serventia pública, que atravessavam o monumento ⁸.

Em 1995 foi apresentada uma primeira proposta de aproveitamento das casas existentes no interior do monumento. Previa uma ocupação de todos os espaços construídos (centro interpretativo, auditório, instalações sanitárias, restaurante, etc.). O debate público então promovido, sobre a investigação, valorização e conservação, levou a repensar as intervenções e respectivo projecto, e assim, consequência dessa discussão e debate, dois novos estudos foram realizados. Um sobre o estado de conservação dos granitos, e o outro sobre os líquenes das rochas que compõem o monumento ⁹.

⁵ Importa dizer que entretanto houve mudanças na orgânica da administração pública da área do Património. Essas mudanças conduziram à extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia, em 1990, processo esse de triste memória. Após esse negro período, houve a criação do IPPAR em 1992, que possibilitou a retoma, lenta, de vários projectos, bem como acabou com as diversas tutelas de diversas entidades sobre este monumento.

⁶ Processo bastante moroso, pois para além da identificação e localização dos proprietários, estes não tinham os registos actualizados.

⁷ Para a resolução deste caso foi fundamental a excelente colaboração da Câmara Municipal de Vila Real, nomeadamente o seu Presidente, Dr. Manuel Martins, e do Vereador do Pelouro da Cultura, Dr. Pedro Ramos.

⁸ Para a tarefa de desvio dos caminhos de serventia, processo de alguma complexidade, tivemos a preciosa ajuda da Junta de Freguesia de Valnogueiras, nomeadamente nas pessoas do Sr. Ângelo Pereira da Silva e Sr. José Joaquim da Costa Fernandes.

⁹ Da autoria do Prof. J. Delgado Rodrigues, do então L.N.E.C., e da Dr.ª Paula Romão, especialista em biodegradação em rochas, à data Directora do Centro de Estudos de Conservação e Restauro dos Açores.

Novo projecto de intervenção foi delineado, prevendo a ocupação de duas das casas adquiridas, e demolição de um outro conjunto. Esta opção teve em consideração o facto de algumas casas existentes interferirem negativamente na leitura do sítio, levando à sua demolição; outras edificações, pelo facto de estarem implantadas em rochas já destruídas foram mantidas.

Após várias vicissitudes administrativas, e tendo sido aberto concurso de financiamento para a região norte, III QCA, Programa Operacional do Norte, Medida 3.9 Cultura, uma candidatura foi elaborada, obtendo o respectivo financiamento.

Para além de uma plataforma, com rampa, permitindo a visualização geral do monumento, e em particular da rocha 3, sem interferência física (de carácter reversível), foi construído um Centro Interpretativo. Nesse espaço, inaugurado no dia 18 de abril de 2004, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, existe recepção/loja, um pequeno espaço expositivo, wc, e ainda uma sala onde, no dia a dia, é visualizado um filme sobre Panóias, que antecede a visita. O objectivo deste filme é contar ao visitante uma história sobre o monumento, mostrando, para além do que se vê no terreno, aquilo que poderia ter sido Panóias há dois mil anos. Explica-se também como é que um culto oriental aparece neste fim do mundo, e como seriam os templos que constituíam o monumento. Recorda-se que apenas temos várias rochas, sendo que três delas tem os entalhes, pertencentes aos alicerces desses templos. No filme é feita uma hipotética reconstrução virtual.

Estão disponíveis ainda guias (papel) em várias línguas, e audioguias (em três línguas).

A partir dessa data, várias actividades foram sendo feitas, com parcerias, para além das visitas, nomeadamente comemorações do 18 de Abril, com o lançamento de publicações, homenagem ao prof. Doutor J. R. Santos Júnior, com a atribuição de uma sala com o seu nome, do programa Ciência Viva Astronomia (com a UTAD), observação de morcegos (com o Parque Natural do Alvão), etc, etc.

A aposta nas redes sociais, e outras plataformas colaborativas também não foi descurada, e assim

temos hoje página do Facebook e ficha aberta do Geocaching (popular jogo de descoberta com recurso a GPS).

No que diz respeito às pessoas que visitaram o monumento, foi realizado um trabalho de inquérito, por questionários, durante alguns anos. Temos de ter em conta que os visitantes, as suas opiniões, os seus interesses, motivações e curiosidades são de grande importância para auxiliar a traçar propostas de melhoria, sempre em conformidade do que se entende fundamental para a conservação do património, o seu valor único e imensurável. No entanto temos de ter presente que responder a todas as solicitações do público pode colocar em causa a autenticidade dos monumentos e sítios. A sensibilização do público é uma tarefa necessária, e a sua concretização é prioritária.

Lembremo-nos que o modelo de gestão adequado ao património é o que valoriza o monumento respeitando-o, e que ensina ao visitante a leitura e a interpretação do mesmo, num frágil equilíbrio entre a conservação, o usufruto e a animação/espectáculo. Fruto desse trabalho sobre Panóias, foi realizada já uma Tese de Mestrado.

Importa também referir que é necessário estarmos sempre a par da investigação que é realizada, pois o que hoje se sabe sobre Panóias (e naturalmente de outros sítios), pode em qualquer altura ser alterado. A investigação não pára, e os conteúdos que são hoje transmitidos podem ficar desactualizados em qualquer altura, cristalizando a interpretação do sítio. Apesar de o monumento ter estado afecto aos sucessivos organismos da administração pública da área do Património, apenas em 2007 é que pela primeira vez é definida formal e juridicamente a questão da gestão, no ponto dois do artigo 1.º da Portaria conjunta nº 1130/2007, anteriormente referida, "A gestão dos bens imóveis classificados identificados no mapa referido no número anterior, concretiza-se, designadamente na recolha, estudo, conservação, salvaguarda, valorização e colocação à fruição pública dos testemunhos que, pela sua importância civilizacional, histórica, cultural, artística e estética, assumem particular relevância para a afirmação da identidade colectiva".

Feito aqui em traços gerais um percurso de anos, em que havia um monumento intitulado Fragas de Panóias, temos hoje, como consequência de um conjunto de factores e trabalhos, um monumento intitulado Santuário de Panóias. E é por este nome que hoje o monumento é conhecido. O conhecimento de Panóias é hoje substancialmente maior do que há trinta anos, e é também por isso que mudou de nome.

Neste balanço é necessário também falar de pessoas, que dum modo ou outro estiveram, por diferentes motivos, relacionados com Panóias, e foram importantes neste longo caminho:

- Miguel Torga, que foi um visitante assíduo do monumento, guiou alguns visitantes ilustres ao local, e escreveu vários textos sobre Panóias.
- Adília Alarcão, autora do Relatório do Estado de Conservação de Panóias e com quem todos aprendemos sobre Conservação, e de quem recebemos sábios conselhos.
- Francisco Sá Carneiro, 1.º Ministro, que visitou o sítio em 1980, tendo dado instruções precisas para a sua aquisição.
- Vasco Pulido Valente, Secretário de Estado da Cultura de F. Sá Carneiro, que na sequência da visita disponibilizou recursos financeiros que permitiram a aquisição do monumento.
- Francisco Sande Lemos, que, como Director do Serviço de Arqueologia da Zona Norte, deu início a um longo processo de resgate do sítio que se encontrava em estado de abandono.
- Isabel Cunha e Silva, Técnica Superior do SRAZN, que executou e implementou as primeiras acções de registo e salvaguarda do sítio.
- António Carlos Silva, ex-Director do Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., que conseguiu que fosse aberto concurso para guarda de Panóias (entre outros sítios arqueológicos).
- Rafael Alfenim, Técnico Superior do SRAZN, que se empenhou no sentido de dar continuidade ao trabalho que vinha a ser desenvolvido.
- Fernando Real, ex-Director do Departamento de Arqueologia do IPPAR, e Isabel Costeira, Técnica Superior do referido Departamento,

que coordenaram o processo de aquisição das casas existentes no interior do monumento .

- Fernando Maia Pinto, membro da equipa que elaborou o primeiro programa de valorização, sendo autor do respectivo projecto (não executado).
 - Margarida Coelho, ex-Directora da Direcção Regional do Porto do IPPAR, que sempre acarinhou e se empenhou neste monumento.
 - Luís Ferreira Calado, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite, ex-Presidente e ex-vice Presidentes do IPPAR respectivamente, que logo no início dessas funções visitaram Panóias, tendo desde logo manifestado como uma das prioridades a salvaguarda e valorização do sítio, o que veio a acontecer.
 - Lino Tavares Dias, ex-Director do SRAZN e da Direcção Regional do Porto do IPPAR, responsável pela Medida 3.9/POR do Norte, que possibilitou e se empenhou na candidatura de Panóias a financiamento, tendo sempre apoiado os trabalhos.
 - Manuel Martins, ex-Presidente do Município de Vila Real, e Pedro Ramos, ex-Vereador e ex-Vice Presidente, que desde sempre apoiaram, de diferentes maneiras e sempre que solicitados, a equipa de trabalho de Panóias, sem qualquer reticências ou entraves, não obstante a inexistência de qualquer acordo prévio escrito ou protocolo.
- Naturalmente uma palavra especial aos colegas de serviço que foram acompanhando o que se ia fazendo.

Ao fazer este balanço, partilhamos aqui alguns pontos para reflexão, que nos parecem importantes pois este longo processo de estudo, salvaguarda e valorização não foi isolado do que então se passou.

Desde logo a orgânica da administração pública para esta área, a tutela política e aquilo que eu chamaria de volatilidade dos cargos dirigentes.

Três factos:

– desde 1980 até 2011 sempre houve Ministério da Cultura ou Secretaria de Estado da Cultura, e o património este sempre debaixo da alçada do principal responsável da pasta política. A excepção

ocorreu no período entre 2009/2011, com os resultados que se conhecem.

Na orgânica actual, não temos MC, mas também não há SEC, caso inédito desde 1980.

Todos os dirigentes máximos desta área, dos sucessivos organismos, IPPC, IPPAR, IPAR, IGESPAR, não cumpriram os 3 anos das respectivas Comissões de Serviço, com a excepção dos 6 anos da direcção de Luís Calado, Paulo Pereira, e Passos Leite.

Também com a excepção anterior, nenhum dos dirigentes máximos do IPPC, IPPAR, IPAR e IGESPAR, entrou com vice/s e vice-versa.

Houve mudanças sucessivas dos órgãos ditos consultivos, e suas composições.

Outra questão a abordar é a sustentabilidade económica dos sítios. Quanto custa ter um sítio aberto ao público? No caso de Panóias houve alturas em que a receita (entradas e vendas) ultrapassou a despesa (incluindo aqui os consumos de energia, comunicações e vencimento de guarda/vigilante). Tema também a reflectir é a questão da reconstrução do património. O caso da Praça Taksim, na Turquia levou a um debate internacional, ainda em curso, promovido pelo ICOMOS, sobre essa matéria. Pergunta-se: as reconstruções físicas estão a aumentar? Em que fontes de informação são baseadas? Os motivos dessas reconstruções são comerciais? Ou educacionais? Quais devem ser os standards exigidos para a reconstrução física de ruínas, cujo processo deve levar em linha de conta a reconstrução virtual?

Não podemos esquecer aqui o papel do turismo e do financiamento.

O modelo de financiamento para os sítios arqueológicos mudou ao longo do tempo, e reflexo disso foram os investimentos, na zona norte, em diversos locais. Alguns exemplos: Castro de Sampaio (Vila do Conde), Cidade de Terroso (Póvoa do Varzim), Citania de Briteiros (Guimarães), Castro de Palheiros (Murça), Castro de Monte Mozinho (Penafiel), Castro do Monte Padrão (Santo Tirso), Villa Romana de Sendim (Felgueiras), Castro de S. Lourenço (Esposende), Citania de Sta. Luzia (Viana do Castelo), Estação Arqueológica do Freixo (Marco

de Canavezes), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), entre outros.

Outro ponto de reflexão é a gestão dos sítios. Gestão pública e/ou privada?

Um dos sítios arqueológicos portugueses mais conhecidos no mundo, a Citania de Briteiros, que é propriedade municipal, tem e sempre teve gestão privada.

Não devemos ter receio de discutir esta questão, devemos, isso sim, prepararmo-nos para ela.

A educação patrimonial é um assunto que tem estado arredado das nossas preocupações. Os programas escolares e os conteúdos dos respectivos manuais continuam “divorciados” da investigação que tem sido realizada nos últimos trinta anos.

E por último, mas não menos importante, uma pergunta: qual deverá ser o papel do arqueólogo neste processo?

Ficam as palavras de Rui Parreira:

“Desejaria que, no futuro, os sítios arqueológicos visitáveis (com os seus centros explicativos, de acolhimento, de interpretação.....) sejam inseridos numa estratégia de desenvolvimento sustentável, em que os testemunhos arqueológicos sejam encarados como uma mais-valia do presente e em continuum de passado, presente e futuro. Fora dessa estratégia, a sua banalização como locais de ócio terminará por convertê-los em não-lugares. E eu não desejaria que a produção científica do passado, em que pessoalmente me tenho empenhado, se converta na produção dessa espécie de parques lúdicos, rememorativos de épocas pretéritas, a que alguns pretendem reduzir os sítios musealizados”.

BIBLIOGRAFIA

ALFOLDY, G. (1995). Inscriptioes, Sacrificios y Mistérios: El Santuário Rupestre de Panóias. Informe Preliminar, Madrider Mitteilungen, 36, Mainz.

ALFOLDY, G. (1997). Die Mysterien von Panóias (Vila Real, Portugal), Madrider Mitteilungen, 38, Mainz.

ALFOLDY, G. (2002). Panóias. O Santuário Rupestre, Loquuntur Saxa. Religiões da Lusitânia, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

ARGOTE, J. C. de (1732-1734). “Da cidade de Panóias e das antiguidades e vestígios que actualmente existem nela”, Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, Régia Officina Sylvianna, Lisboa.

AZEVEDO, A. M. C. (1998). Do significado religioso de Panóias, Tartaruga, Chaves.

AGUIAR, A. G. de (1721). Relação da freguesia de S. Pedro de Valnogueiras ou Val de Nogueiras, Comarca de Vila Real, (Ms. conservado na Biblioteca Nacional).

PARREIRA, R. (2009). Defender o Património Arqueológico, AGEAL, 2009. <http://www.ageal.pt/artigos/rui-parreira1.pdf>

RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1999). O santuário rupestre galaico-romano de Panóias (Vila Real, Portugal). Novas achegas para a sua reinterpretação global, Vila Real.

SOUSA, O. (1997). O Santuário de Panóias, a criação do Museu Municipal de Vila Real e o Centenário de O Arqueólogo Português, Tellus, Revista de Cultura Transmontana e Duriense, 26, Vila Real.

SOUSA, O. (2001). Santuário de Panóias, Guia, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa.

SOUSA, O. (2007). De Panóias a Torga, Centenário do Nascimento de Miguel Torga, Ministério da Cultura-Instituto Português do Património Arquitectónico, Vila Real.

TEIXEIRA R. (2012). “Cultura e Diversidade de Públicos – um estudo de caso”, Dissertação de Mestrado, UPT, Porto.

TEIXEIRA, R., FREITAS, I. V., SOUSA, O. (2013). Cultura e diversidade de públicos: Panóias – um estudo de caso. José Augusto Palhares e Almerindo Janela Afonso (orgs.). O não-formal e o informal em educação: centralidades e periferias. Actas do I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação/III Encontro de Sociologia da Educação (3 vol.). Braga, Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho. ISBN: 978-989-8525-27-7.

TRANOY, A. (1981). La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité, Paris.

TRANOY, A. (2004). Panóias ou les rochers des dieux, Conímbriga, 43, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.



PANÓIAS



Figura 1 – Fraga de Panóias.

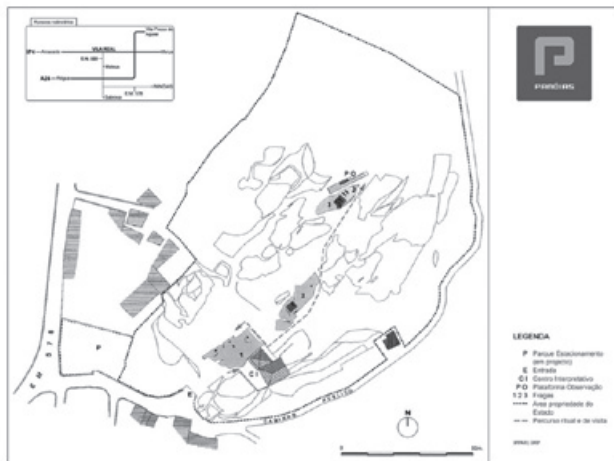


Figura 2 – Planta geral do Santuário de Panóias.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2013

www.arqueologos.pt